

## O CARÁCTER E A RELEVÂNCIA DAS LUTAS ESTUDANTIS SOB O FASCISMO

O M.A., conquista dos estudantes portugueses foi o principal instrumento que lhes permitiu integrarem-se na frente popular de luta contra a ditadura fascista.

Tendo como plataforma política de unidade o anti-fascismo e o anti-colonialismo, aglutinando-se em volta das suas AAEE, os estudantes conseguiram levar a cabo iniciativas amplamente mobilizadoras que conferiram ao M.A. o carácter massivo que o levou a desempenhar tão importante papel.

### A SITUAÇÃO QUE HOJE SE VIVE NO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Hoje, porém, assiste-se a uma degradação progressiva do M.A. a todos os níveis, passando pela inexistência de estruturas organizativas estáveis e regulamentadas, pelo descrédito e desprestígio em que têm caído os órgãos de decisão colectiva, fruto de discussões estereis que nada dizem aos estudantes nem nada contribuem para a sua unidade, indo acabar no progressivo desaparecimento do papel aglutinador das AAEE e na diminuição da sua capacidade de intervenção a outros níveis que não os estritamente associativos. Desta situação caótica em que os estudantes não possuem meios de cumprir as tarefas que se lhes deparam e que as massas populares lhes exigem, decorre o descrédito em que o M.A. tem vindo a cair progressivamente perante a opinião pública.

Três ordens de razões fundamentais estão na origem desta situação:

1- A evolução da situação política com o derrubamento da ditadura fascista e o avanço firme do processo de descolonização fez esbaterem-se os pontos de unidade política dos estudantes, o anti-fascismo e o anti-colonialismo

2- A institucionalização das liberdades democráticas veio possibilitar a intervenção aberta de diversos grupos políticos no seio do M.A., intervenção essa <sup>que mais como foi conduzida</sup> que, longe de contribuir para o reforço da unidade estudantil em torno de objectivos comuns, se traduziu pela discussão vazia e desmobilizadora, <sup>quando</sup> muitas vezes caluniosa, tendo por objectivo impôr ao M.A. posições sectárias de cada um daqueles grupos políticos.

3- A inexistência de estruturas organizativas que, sabendo aproveitar e orientar o amplo debate então surgido, pudessem definir uma orientação para o M.A. com base na unidade de todos os estudantes na luta pela consecução de objectivos comuns, impedindo ao mesmo tempo as constantes ultrapassagens efectuadas por aqueles grupos políticos das normas democráticas e das estruturas associativas características do M.A..

### PERSPECTIVAS PARA A ACÇÃO-- A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

A defesa dos interesses do grupo social estudantil passa pela radical alteração de toda a estrutura de ensino, que, longe de servir apenas aqueles interesses, vai corresponder às reais aspirações das massas populares. De facto, no campo pedagógico, a modificação profunda dos critérios de acesso ao ensino, dos conteúdos e dos métodos até aqui tradicionalmente usados virão a beneficiar não só a actual população estudantil, mas também, e sobretudo, aqueles que, com estas modificações, poderão vir a usufruir de um ensino aberto a amplas camadas populacionais e adequado às realidades e necessidades da vida prática. Estas alterações no campo pedagógico só serão eficazmente realizadas se forem acompanhadas também de uma mudança radical nos campos cultural, desportivo e de prestação de serviços. Neste último ponto, amplas perspectivas se abrem aos estudantes de participarem activamente e com peso decisivo na gestão dos Serviços Sociais, na definição da política de assistência social, etc.

### O PAPEL DAS MASSAS ESTUDANTIS NO REFORÇO DO M.A.

A resolução de todos estes problemas, porém, passa necessariamente pela participação ampla de todos os estudantes na definição das grandes linhas orientadoras das alterações referidas. Só assim as soluções encontradas correspondendo ao sentir da maioria, correctamente perspectivadas, se enquadrarão na orientação definida pelas massas populares para a consecução dos seus objectivos, particularmente na definição de uma política de ensino que sirva os interesses do povo.

A vasta participação dos estudantes nos debates e resoluções colectivas passa, por sua vez, pela criação de formas organizativas capazes de interpretar e concretizar as decisões maioritariamente tomadas, de garantir um processo de representação estudantil genuína.

Esta estruturação, levada a cabo em todos os níveis de decisão colectiva, será o suporte e o garante da existência de um M.A. que congregue vastas massas estudantis em torno de objectivos

F.V.J.C.T.L.H.C.T.A.M.F.M.G... E. N.G.G.R.M.



Rev. J.S.  
DEC  
N.  
MES  
ANEXO

comuns, constituindo estes a base de unidade fundamental para avançar para a democratização do ensino, para o fomento cultural e desportivo, para todas as tarefas que prioritariamente se colgam aos estudantes, do seu interesse próprio e do de mais vastos sectores da população.

Assim, para garantir o carácter unitário e de massas do Movimento Associativo, devem salvaguardar-se os seguintes pontos fundamentais:

- fundamentação da existência do M.A. e da prática associativa a todos os níveis nos princípios da arreligiosidade, apartidarismo, unicidade, representatividade e democraticidade.
- criação de formas organizativas que representem os estudantes e executem as deliberações colectivamente tomadas por eles, façam respeitar os princípios atrás enumerados com a perspectiva de que são eles a base da unidade estudantil; se regem por normas claramente definidas e respeitadas que lhes confirmem um carácter de estabilidade necessária ao desempenho efectivo das suas funções.

## OS PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Deve ser da própria natureza do Movimento Associativo e das A.A.E.E. a sua democraticidade, que assegure a eleição de todos os cargos dirigentes, que implique a participação activa na vida associativa, que dê extensão ao poder deliberativo de todos os estudantes.

A unicidade e a representatividade significam que todos os estudantes apenas podem delegar a execução das suas decisões em estruturas unitárias, que os representem colectivamente e não a este ou àquele grupo; a unicidade do M.A. é feita na acção e construída de amplas realizações que mobilizem as massas estudantis na luta por objectivos comuns e concretos.

Se os três princípios atrás enunciados permitam que todos os estudantes participem na vida associativa, desde os debates nos cursos até às acções concretas a nível da Associação, confiando nas suas estruturas representativas, na eficácia dos processos de decisão, na justiça das orientações colectivamente definidas, não podem esquecer-se as naturais divergências de pontos de vista de ordem política e religiosa entre eles. O apartidarismo e a arreligiosidade garantem que não será quebrada a unidade dos estudantes (baseada na concretização dos objectivos comuns por eles próprios determinados) porque o M.A. não poderá perfiar qualquer programa de partido político ou crença religiosa. Devem ser os estudantes colectivamente a decidir sobre todas as questões sobre as quais achem dever tomar posição, inclusivamente no plano político, impedindo que qualquer grupo o faça em seu nome.

Só deste modo a unidade de todos os estudantes será assegurada e o Movimento Associativo se manterá o meio de expressão colectiva organizada dos estudantes, conferindo-lhes poder de intervenção a todos os níveis, dentro ou fora da escola.

## A ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL- NECESSIDADE DAS ESTRUTURAS INTERMÉDIAS

Actualmente os estudantes são chamados a participar activamente na vida da escola, tanto ao nível da gestão como a da definição de normas para o funcionamento do ensino que lhes é ministrado.

Representa esta situação uma grande conquista das massas estudantis, que lutaram por ela já desde à muito sob o fascismo. No entanto, as tarefas primordiais que urge levar a cabo na democratização da escola não se compadecem nem com a inexistência ou a debilidade das estruturas organizativas, nem com os passos imediatos que já foram dados naquele domínio. Esta falta de perspectivas na efectivação de profundas transformações no ensino e na escola é, aliás, também fruto daquela debilidade organizativa que impede tanto a tomada de consciência do grau de importância das tarefas a desempenhar como a definição colectiva pelos estudantes dos meios de acção que lhes permitam contribuir para a resolução das principais questões ligadas à democratização da escola.

Por outro lado, se a Associação deve passar a desempenhar efectivamente o papel de órgão máximo representativo dos estudantes e de aglutinador destes em torno das questões do seu interesse, se, deve a sua Direcção dar cumprimento às decisões colectivas, interpretando a vontade da maioria. Para tal necessita de estar ligada organicamente a todos os estudantes, única forma de saber a todo o momento fazer a sua interpretação e, ao mesmo tempo, ser eficazmente controlada na sua actividade pelos estudantes.

Assim, a existência da organização a todos os níveis de decisão, desde os cursos e as faculdades até à Academia em geral, que se dividam pelas tarefas de gestão, de transformação do ensino e de ligação à Associação virá responder a todas as necessidades em cada momento e permitir que os estudantes retomem o seu papel de interveniente organizado, progressista, em todas as questões da vida nacional, e ganhem uma consciência mais forte da necessidade e utilidade de uma prática democrática estável que garanta a participação de todos em todas as decisões.



## A DIRECÇÃO GERAL-SEU FUNCIONAMENTO

Como direcção do órgão máximo representativo dos estudantes, a Associação, a Direcção-Geral deve ser a fiel executora da vontade daquelas. Esta execução deve fazer-se dando cumprimento ao programa aprovado pela maioria nas eleições sabendo, ao mesmo tempo, através de uma consulta permanente aos estudantes, garantida pela existência de estruturas intermédias de representatividade directa e directamente controladas por eles, interpretar a vontade dos estudantes em todas as questões.

A Direcção Geral deve consultar a Assembleia Magna sempre que surjam questões que, ou transcendem o âmbito do programa aprovado ou que simplesmente necessitem da aprovação pelo órgão decisivo máximo, só depois de amplamente debatidas pelos estudantes em todos os níveis organizativos.

A Direcção Geral, como todas as estruturas representativas, é a todo o momento amovível. Para um melhor controle da sua actividade pelos estudantes muito contribuirão as estruturas intermédias, que deverão, representando o sentir dos estudantes a cada momento, exercer vigilância sobre a actividade da D.G., obstando a que esta se desvie do cumprimento do programa aprovado pelos estudantes ou se esquivar a pesar devidamente as opiniões da massa estudantil. A elas competirá convocar ou requerer a convocação de Assembleias Magnas, segundo normas a determinar pelos estudantes, sempre que aqueles desvios se verifiquem.

## ASSEMBLEIA MAGNA- ÓRGÃO MÁXIMO DE DECISÃO ESTUDANTIL

O funcionamento das Assembleias Magnas tem reflectido muito fielmente a actual situação do Movimento Associativo em Coimbra.

Discussões estéreis, frequentemente caluniosas, dando cada vez mais a imagem de que o M.A. passou definitivamente a ser cena de guerrinhas partidárias, que nada dizem à maioria dos estudantes e contribuem fortemente para adesagração de todo o M.A., para a perda de interesse dos estudantes pelo trabalho colectivo na base dos interesses comuns.

Se o sectarismo de certos grupos, que são quem fomenta aquele tipo de discussão vazia e sem objectivos, foi determinante no processo de descrédito progressivo da Assembleia Magna, não foi menos importante a ausência de estruturas organizativas intermédias.

Estas teriam permitido muitas vezes dispensar a recorrência ao órgão máximo de decisão e, em caso de ser necessário recorrer a ele, resultariam um esclarecimento prévio das questões pela ampla discussão a todos os níveis orgânicos associativos. Tornar-se-ia muito mais eficaz o funcionamento da Assembleia Magna se, em vez de propostas individuais surgissem propostas aprovadas em reuniões representativas, que pressupunham toda uma discussão vastamente participada e clarificada. Evitar-se-ia o debate estéril e longo, desmobilizador, e as decisões sobre as questões que a maioria nunca discute. Evitar-se-ia, enfim o descrédito da Assembleia Magna, e conferir-se-lhe-ia o carácter de solenidade que de facto deve possuir, como órgão máximo representativo das posições de uma Academia com 10.000 estudantes.

*Quorum - ?*

## A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES PORTUGUESES

Sua necessidade

- A actual situação política não se compadece com organizações pequenas. Quer isto dizer que a necessidade da criação de um órgão que represente todos os estudantes portugueses a nível nacional para que estes possam levar a cabo eficazmente o cumprimento das grandes tarefas que se lhes põem neste momento de democratização do ensino, de participação na definição da política de assistência social, de fomento cultural e desportivo, se torna evidente.

Um órgão coordenador da actividade associativa a nível nacional, que dê corpo à vontade e às iniciativas dos estudantes, que seja meio de expressão organizada de que os estudantes dispõem para intervir em todas as questões que lhes digam respeito, com o peso da representatividade de centenas de milhares de pessoas, que permita o lançamento organizado de iniciativas tendentes a libertar os estudantes do seu isolamento das massas populares e dos seus problemas, que estabeleça os contactos e o intercâmbio com os estudantes de todo o mundo através das suas organizações nacionais, é mais que uma aspiração velha, é uma necessidade.

Só combate a criação da UNEP quem não está interessado na organização dos estudantes, quem pretende ver os estudantes afastados das lutas populares, quem tem medo da grande força política que será milhares e milhares de estudantes congregados numa mesma organização defendendo posições progressistas dentro e fora da escola. Quem combate a criação da UNEP é a reacção, procurando criar organizações estudantis nacionais subordinados aos interesses de grupos que mais não representam que posições minoritárias no seio dos estudantes.

É neste sentido que surgem a FREP, a UPEL, organizações que de facto nada têm a ver com o M.A. unitário e de massas.

#### Modo de constituição

- Porém, a sua representatividade e a capacidade para dar expressão à vontade estudantil, passa pela ampla discussão dos processos que irão conduzir à sua constituição. Só depois de um amplo debate nacional, no qual desempenharão importantíssimo papel as estruturas organizativas intermédias como bases promotoras da discussão, em que os estudantes definam os moldes em que a UNEP se irá formar e funcionar, se poderá passar à concretização dos processos conducentes à sua constituição. Finalizando talvez com um Congresso Nacional de estudantes de todo o país, de representatividade directa, esses processos darão corpo à aspiração e à necessidade que já à muito se faz sentir.

#### Papel da COMISSÃO PRÓ-UNEP

Aprovada a sua constituição no Encontro Nacional de Direcções Associativas em 2/6/74, a Comissão Pró-UNEP tem como missão fundamental incentivar e dinamizar o processo de constituição da futura UNEP. Formada por representantes das Direcções Associativas existentes, sem no entanto se reclamar de representativa dos estudantes, àquela Comissão tem desenvolvido, entre outras iniciativas, Campanhas Cívicas de Alfabetização e Educação Sanitária, e tem tido um papel muito importante no surgimento do Movimento Associativo nas escolas onde ele não existia, especialmente na província. Tem também lançado as bases dos contactos a nível internacional que poderão servir de base às futuras ligações da UNEP com outras organizações nacionais estudantis.

É a Comissão Pró-UNEP um valioso instrumento nas mãos das Direcções Associativas nos contextos com o poder constituído e de ligação entre os estudantes de todo o país num momento em que ainda não conseguimos avançar na construção da UNEP. Não poderá ser em nenhum caso uma estrutura representativa dos estudantes portugueses pelo seu modo de constituição mas poderá e deverá perspectivar e desenvolver iniciativas e lutas que só a nível nacional tenham significado.